



ID: 119691572

20-10-2025

# Sai um Nobel (enviesado) para a inovação

**Ricardo Paes Mamede**

O que Aghion e Howitt fizeram foi traduzir a noção schumpeteriana de destruição criativa num modelo matemático

O “Prémio do Banco da Suécia em Ciências Económicas em Memória de Alfred Nobel” de 2025 foi atribuído a Joel Mokyr, Philippe Aghion e Peter Howitt. No caso de Mokyr, um destacado historiador, por “ter identificado os pré-requisitos para um crescimento sustentado através do progresso tecnológico”. No caso de Aghion e Howitt, dois influentes economistas, pela sua “teoria do crescimento sustentado através da destruição criativa”. Este prémio ajuda a relembrar algo que todos os economistas têm obrigação de saber: a inovação tecnológica é um motor central do crescimento económico. Apesar de antigo, este é um alerta oportuno, sobretudo num país como Portugal, onde prevalece a ideia de que os problemas da economia se resumem ao nível de impostos e às dificuldades de licenciamento.

“Destruição criativa” é o processo pelo qual novos produtos e processos substituem tecnologias e empresas antigas, renovando continuamente a estrutura produtiva. A expressão foi estabelecida por Joseph Schumpeter, que escreveu ao longo da primeira metade do século XX e é uma referência nos estudos da inovação.

O que Aghion e Howitt fizeram foi traduzir a noção schumpeteriana de destruição criativa num modelo matemático que segue os padrões da macroeconomia convencional. Alguns dos elementos desse modelo permitem analisar aspectos que tinham merecido menos atenção por parte da maioria dos economistas académicos. Inclui-se aqui a ideia de que o investimento em I&D, sendo essencial para o crescimento económico, pode ser excessivo na perspectiva do bem-estar social; ou de que um excesso de concorrência (e não apenas situações de monopólio) podem desincentivar a inovação.

O modelo de Aghion e Howitt ajuda também a perceber alguns aspectos do papel do Estado no apoio à inovação: garantir um equilíbrio entre concorrência e incentivos à I&D, corrigir “falhas de mercado” financiando a investigação, proteger os trabalhadores afectados pela mudança tecnológica com sistemas de requalificação e protecção social, ou promover a igualdade de oportunidades no acesso à inovação.

Na verdade, estas ideias não são novas:



estão presentes nos trabalhos de Schumpeter e de outros economistas da inovação depois dele. Na essência, o contributo fundamental de Aghion e Howitt foi tornar Schumpeter matematicamente respeitável segundo os critérios da macroeconomia convencional.

Essa matematização das ideias tem a vantagem de facilitar o diálogo com os economistas académicos que resistem às linguagens que não se encaixam no tipo de modelos que andaram anos a estudar. Mas também tem problemas: primeiro, a modelização matemática que esses economistas utilizam assume hipóteses que têm pouco a ver com a realidade; segundo, alguns elementos essenciais dos processos de inovação (por exemplo, a sua natureza intrinsecamente incerta, a importância das interações entre diferentes entidades que sustentam a aprendizagem colectiva, ou a enorme heterogeneidade entre empresas) não são passíveis de introduzir naqueles modelos, sob o risco de se tornarem intratáveis.

Antes e depois de Aghion e Howitt, vários economistas pós-schumpeterianos (Richard Nelson, Sidney Winter, Christopher Freeman, Bengt-Ake Lundvall, Giovanni Dosi, entre outros) desenvolveram estudos que nos ajudam a perceber a mudança tecnológica na sua complexidade. Através de análises qualitativas de casos reais ou de modelos computacionais (menos alinhados com a economia convencional), mostraram como a inovação é um processo social e colectivo, feito de muita tentativa e erro, de aprendizagem contínua e de trocas entre pessoas e organizações.

A inovação depende de como as empresas aprendem umas com as outras, de como colaboram com universidades, clientes e fornecedores, e de como o Estado cria condições para que essas ligações funcionem. Também é marcada por muita incerteza: ninguém sabe à partida que ideias vão

resultar, nem quando. Por isso, as economias mais inovadoras são as que conseguem experimentar mais, errar mais depressa e aprender com isso.

Além disso, a mudança tecnológica não avança de forma linear: algumas soluções parecidas acabam por vingar, outras que pareciam promissoras ficam para trás. A inovação não se explica por equações abstractas – é um processo vivo, feito de pessoas, instituições e contextos que favorecem (ou travam) a capacidade de transformar conhecimento em progresso.

Essa visão menos simplificada das dinâmicas da inovação permite perceber melhor o papel que diferentes instituições – públicas, empresariais e associativas – desempenham nos sistemas de inovação. O Estado, neste contexto, não é apenas um árbitro que define regras ou distribui subsídios: é um actor central, que ajuda a ligar as peças do sistema. Pode apoiar a investigação científica, financiar projectos arriscados que o sector privado dificilmente

assumiria sozinho e criar espaços onde empresas, universidades e centros de tecnologia trabalham em conjunto.

Também tem a responsabilidade de assegurar continuidade e visão de longo prazo, algo que o mercado, por natureza, tende a negligenciar. O Estado não substitui a iniciativa privada, mas estimula a cooperação, reduz a incerteza e cria confiança. É isso que permite transformar boas ideias em produtos, serviços e processos que fazem a economia avançar.

No caso de Joel Mokyr, o seu trabalho nada tem de matemático. Trata-se de um historiador que contribuiu de forma decisiva para mostrar que o progresso tecnológico só se tornou duradouro quando o conhecimento e a curiosidade passaram a ser valorizados e aplicados à resolução de problemas concretos, sublinhando assim a importância de uma cultura que estimula a experimentação, a aprendizagem e a abertura à mudança. Também esta é uma mensagem útil, numa era em que o líder da (ainda) maior potência científica mundial faz um ataque sem precedentes à liberdade de investigação.

No entanto, a atribuição da distinção sueca a Mokyr também suscita interrogações. É que a explicação que avança para a emergência da revolução industrial em Inglaterra (o “iluminismo industrial”) ignora as condições materiais e institucionais que vários historiadores apontam como determinantes para que as ideias se transformassem em inovações concretas e em crescimento económico sustentado.

Nada disto serve para menorizar o contributo científico dos três galardoados, que é admirável em vários aspectos. Serve apenas para recordar, uma vez mais, que os prémios atribuídos pela Real Academia das Ciências da Suécia se baseiam sempre em critérios que estão longe de ser de ser assépticos.

**Economista e professor do ISCTE**



**A inovação depende de como as empresas aprendem umas com as outras, de como colaboram com universidades, clientes e fornecedores, e de como o Estado cria condições para que essas ligações funcionem**